

Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da Petrobrás e a agenda 21.

**Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da Petrobras e a agenda 21.**

**Analysis of the Social Conjecture in Coari based on the Social and Environmental Responsibilities of the city in face of International Agreements - The case of Petrobras and Agenda 21.**

Yan Borges da Silva – UFAM<sup>1</sup>  
[yanborgesdasilva13@gmail.com](mailto:yanborgesdasilva13@gmail.com)  
Paola Verri de Santana – UFAM<sup>2</sup>  
[pvsantana@hayoo.com.br](mailto:pvsantana@hayoo.com.br)

**Resumo:**

Após a Segunda Guerra Mundial, as nações passam a se preocupar com as questões socioambientais devido à drástica situação de poluição, desmatamento e pobreza que o mundo se encontrava. A Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano (Estocolmo 72) e a Conferência das Nações Unidas sobre o Ambiente e o Desenvolvimento (RIO 92) representou essa inquietação dos países em propor soluções para essas problemáticas. A Agenda 21, subscrita nesta última por 179 países retratou a responsabilidade dessas nações em viabilizar o desenvolvimento econômico de forma sustentável a partir de ações sociais e ambientais. Esses acordos estão sujeitos a serem aplicados pelo Estado, junto e Organizações Não Governamentais (ONGs) e empresas privadas. Logo, o Estado brasileiro viabilizou a Agenda 21 brasileira que tem o intuito de promover o desenvolvimento econômico, compatibilizando a conservação ambiental e justiça social. Coari possuindo grande importância Geopolítica, haja vista que detém reservas significativas de petróleo, adentrou nos planos de Desenvolvimento Sustentável do Estado brasileiro. A partir disso, a Petrobras junto à prefeitura promoveu a Agenda 21 comunitária em sete comunidades de Coari: Lauro Sodré, Urucu, Nova Esperança, União, Pera, Vila Lira, Santa Luzia do Bucuizinho. Desenvolveram, então, projetos sociais, sendo eles: Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário II, Produção de Alevinos de Peixes Amazônicos: Geração de Renda e Sustentabilidade da Cadeia Produtiva na Aquicultura. Assim, orientando-se pelos princípios da Agenda 21 nacional e a partir disso realizando junto a Petrobras e seus repasses, políticas socioambientais com a pretensão de promover o desenvolvimento sustentável e a justiça social. Entretanto, essas políticas de desenvolvimento social na região não atendem as reais adversidades das comunidades, como o acesso a energia elétrica, abastecimento de água e áreas de lazer, demonstrando que os repasses financeiros parecem estar sendo pouco utilizados.

**Palavras-Chave:** Coari, Petrobrás, Agenda 21, Políticas Sociais.

**Abstract:**

After World War II, nations began to worry about socio-environmental issues due to the drastic situation of pollution, deforestation and poverty that the world was in. The United Nations Conference on the Human Environment (Stockholm 72) and the United Nations Conference on Environment and Development (RIO 92)

---

<sup>1</sup> Graduando em Geografia pela Universidade Federal do Amazonas.

<sup>2</sup> Professora do Departamento de Geografia e do Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Amazonas-UFAM.

represented this concern of the countries in proposing solutions to these problems. Agenda 21, subscribed in the latter by 179 countries, portrayed the responsibility of these nations to enable sustainable economic development through social and environmental actions. These agreements are subject to application by the State, together with Non-Governmental Organizations (NGOs) and private companies. Therefore, the Brazilian State has made feasible the Brazilian Agenda 21, which aims to promote economic development, reconciling environmental conservation and social justice. Coari having great importance Geopolitical, since it holds significant reserves of oil, entered in the plans of Sustainable Development of the Brazilian State. From that, Petrobras together with the city council promoted the Agenda 21 community in seven communities of Coari: Lauro Sodré, Urucu, Nova Esperança, União, Pera, Vila Lira, Santa Luzia do Bucuizinho. So it developed social projects, being: Riverside Commerce of the Citizenship and Solidary II, Production of Fish Fry of Amazonian Fishes: Generation of Income and Sustainability of the Productive Chain in Aquaculture. Thus, guided by the principles of the National Agenda 21 and from this, by carrying out with Petrobras and its onlays, socio-environmental policies in a way that promotes sustainable development and social justice. However, these social development policies in the region do not address the real adversities of the communities, such as access to electricity, water supply and leisure areas, demonstrating that financial transfers seem to be underutilized.

**Key-words:** Coari, Petrobras, Agenda 21, Social Politics.

## Introdução

O município de Coari pertence ao conjunto de 62 municípios do Estado do Amazonas, tem a população estimada em 83.929 pessoas (IBGE, 2016) e situa-se a 363 km da capital do estado Manaus; está localizado no Rio Solimões entre o Lago de Miamá e o Lago de Coari. O acesso ao município só é possível através dos modais hidroviário e aeroviário, assim, dificultando a integração do seu território às outras regiões do estado. Coari possui importância geopolítica, haja vista que detém reservas significativas de petróleo. A extração ocorre através da Província Petrolífera de Urucu da qual é transportado cerca de 5,5 milhões de metros cúbicos de gás natural por dia, pelo gasoduto Coari-Manaus. A Petrobras junto à prefeitura do município realiza políticas públicas, tendo como mediação uma quantia dos royalties do óleo mineral. Essas políticas são regidas pela Agenda 21 brasileira, prescrita na Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92), de maneira que 179 países se responsabilizaram em viabilizar o desenvolvimento econômico de forma sustentável a partir de ações sociais e ambientais. Iniciativas como esta das Nações Unidas vêm influenciando ações dos 193 países membros. Por conseguinte, este artigo visa compreender e apontar as ações sociais no município de Coari, assim como verificar quais

Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da Petrobrás e a agenda 21.

acordos foram estabelecidos pela Agenda21 brasileira e de que modo a Petrobrás tem inserido essas políticas públicas.

## **Materiais e métodos**

Confere a todo processo de pesquisa científica estabelecer o seu percurso metodológico para estruturar a linha de raciocínio adotada relacionada aos objetivos a serem alcançados. Com as definições e as estratégias acadêmicas alinhadas, o problema da pesquisa poderá ser analisado a partir das bases teóricas previamente selecionadas e as etapas metodológicas poderão ser mais bem compreendidas e, em alguns casos, revisadas e, por fim, repassadas com precisão, coerência e o máximo de estruturação científica possível de compartilhamento para comunidade científica.

Esta pesquisa é exploratória visto que proporciona a descoberta ou o esclarecimento de ocorrências não tão evidentes. Gil (2008, p. 27) afirma que este tipo de pesquisa tem como principal finalidade desenvolver e esclarecer conceitos e ideias, visando à formulação de problemas mais precisos ou hipóteses pesquisáveis para futuros estudos.

Esta pesquisa também se configura como descritiva, na qual se realizam estudos, registros, análises e interpretações dos fatos do mundo físico sem a interferência do pesquisador. (BARROS e LEHFELD, 2007). A pesquisa descritiva tem o objetivo de observar, registrar e relatar fenômenos, sem entrar na autoridade do conteúdo e sem interferência do pesquisador. Assim, o processo descritivo visa discernir, registrar e analisar características, fatores ou variáveis existentes na relação entre desenvolvimento sustentável e desigualdades sociais por meio da implementação de políticas públicas via governo municipal.

A partir dessa etapa, se seguem os procedimentos técnicos, que nesta pesquisa se configuraram por uso da pesquisa bibliográfica, que segundo Antônio Joaquim Severino (2008, p.122), é aquela que se realiza a partir do registro disponível, decorrente de pesquisas anteriores em documentos como livros, artigos, periódicos, documentos digitais, na qual houve a necessidade de leitura seletiva para possível uso do material. Nesse item, adicionou-se a pesquisa documental, mediante a necessidade de verificação de documentos oficiais que demonstrem as ações realizadas pela empresa petrolífera, assim como, da constatação de uso dos recursos públicos utilizados pelo governo municipal da cidade de Coari. Segundo Santos (2000), a pesquisa documental é realizada em

Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da Petrobrás e a agenda 21.

fontes como inventários, informativos, certidões, mapas e documentos arquivados em repartições públicas, associações e demais entidades civis e oficiais.

A análise documental requer o emprego da abordagem quantitativa e qualitativa, visto que os registros e os documentos observados nesta pesquisa dão conta de certa verificação do uso dos recursos públicos municipais investidos em políticas públicas advindos dos repasses financeiros da empresa petrolífera. No primeiro momento, foram levantados os dados quantitativos que uma vez coletados foram organizados e analisados sob a base da literatura científica e dos documentos oficiais apresentados pelas instituições envolvidas.

A pesquisa quantitativa consistiu no levantamento de dados numéricos, indicadores sociais que auxiliaram na análise e na interpretação, de modo a buscar maior segurança quanto às inferências, visando à dimensão quantitativa financeira em recursos públicos investidos em ações sociais. A abordagem qualitativa foi utilizada na medida em que, segundo Minayo (1999), a preocupação lógica permeia a realidade. Isso é necessário às ciências pois o pesquisador compreende e interpreta o processo e não apenas o resultado. Assim, os dados quantitativos coletados na pesquisa subsidiam a análise qualitativa das informações levantadas em documentos oficiais e nas referências bibliográficas.

O percurso metodológico da pesquisa proposta buscou o aprofundamento no referido estudo conforme o objeto e os objetivos da investigação que ora se apresenta. Para que haja a maior possibilidade de compreensão da realidade observada, tem-se adotado o uso das diversas modalidades e tipos de pesquisa científica.

## **RESULTADOS E DISCUSSÕES**

### **A Amazônia e o desenvolvimento sustentável**

O conceito e a percepção do território amazônico e suas dimensões espaciais foram sendo moldadas a partir de novos estudos e interesses do Estado. Primeiramente, a Amazônia era vista como um lugar mítico e inexplorável, devido a sua densa floresta e incipientes ações civilizatórias. As atenções dos primeiros governantes voltavam-se aos litorais, assim delongando o desenvolvimento. A partir da Campanha da Borracha houve maior conveniência do Governo brasileiro em incentivar o desenvolvimento amazônico e conseqüentemente a exploração de recursos naturais.

Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da Petrobrás e a agenda 21.

A política desenvolvimentista da Amazônia ficou refém da extração do látex por muitos anos, sofrendo o esgotamento frente às novas explorações asiáticas. É nesse contexto que houve a necessidade do Estado em prover novos estudos no Norte do país. Em 1954, após a criação da Petrobras, os primeiros indícios de petróleo na Amazônia brasileira ocorreram no Amazonas, nos municípios de Nova Olinda, Autaz Mirim e Maués. Somente em 1986, com a descoberta da província de Urucu as atividades petrolíferas na região foram intensificadas, transformando a produção espacial.

A partir da segunda metade do século XIX, órgãos internacionais, em especial a Organização das Nações Unidas (ONU), voltaram-se para as problemáticas ambientais, desenvolvendo os conceitos sobre “Desenvolvimento Sustentável”. Esse conceito fora firmado junto à Agenda 21 na Conferência Rio 92. Segundo a ONU, as nações devem atender as necessidades tanto pela estabilidade econômica quanto por oferecer oportunidades para as gerações futuras. “O desenvolvimento sustentável é o desenvolvimento que encontra as necessidades atuais sem comprometer a habilidade das futuras gerações de atender suas próprias necessidades” (ONU, 1987).

Ignacy Sachs, conselheiro especial da conferência Rio 92, destaca que o desenvolvimento sustentável e sua aplicação tendem a induzir a doutrina econômica dos Estados nacionais. “Os governos não decidem tudo. Na verdade vivemos em uma economia em que os empresários têm muito a dizer” (SACHS, 2012). Ignacy destaca a política neoliberal como o grande dominador dos recursos naturais que são explorados, os agentes impõem a extração de recursos, o controle da mão de obra barata, o desmatamento em detrimento da sustentabilidade junto ao Estado que proporciona os “incentivos fiscais” a esses agentes.

### **Agenda 21 brasileira e os acordos firmados**

A Agenda 21 nacional representa o planejamento do “Desenvolvimento sustentável” para diferentes níveis de governo. Isso começou a ser elaborado em 1996 sob a coordenação da Comissão de Políticas de Desenvolvimento Sustentável, tendo como eixo principal a “sustentabilidade”, que tem o intuito de promover o desenvolvimento econômico, com a pretensão de ser compatível com

Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da Petrobrás e a agenda 21.

a conservação ambiental e a justiça social. Esses acordos estão sujeitos a serem aplicados pelo Estado, junto à ONGs e empresas privadas.

O processo de elaboração da Agenda 21 brasileira se deu pelo estabelecimento e pela formalização de parcerias, tendo em vista que as ações propostas pela Agenda 21 não podem ser tratadas apenas como programa de Governo, mas sim como um produto de consenso entre os diversos setores da sociedade brasileira (AGENDA 21 BRASILEIRA, 2000).

Logo, as grandes e pequenas empresas que usufruem dos recursos naturais do território brasileiro devem realizar ações socioambientais, de modo que possuem responsabilidade social frente aos municípios em que atuam.

A Agenda 21 Brasileira foi elaborada a partir da realidade brasileira com o intuito de incentivar o combate às desigualdades sociais, a concentração de renda, a degradação da fauna e da flora; assim como promover a justiça social, a conservação ambiental e a sustentabilidade.

“O cumprimento desses acordos dá-se em três níveis espaciais: Agenda 21 Global, Agenda 21 Nacional e Agenda 21 Local. Segundo o Ministério do Meio Ambiente” (MMA, 2016) após a elaboração da Agenda 21 Nacional é necessário regionalizar essas ações, de modo que atenda às necessidades municipais e comunitárias.

A prioridade é orientar para a elaboração e a implementação das Agendas 21 Locais com base nos princípios da Agenda 21 Brasileira que, em consonância com a Agenda global, reconhece a importância do nível local na concretização de políticas públicas sustentáveis. Atualmente, existe mais de 544 processos de Agenda 21 Locais em andamento no Brasil, quase três vezes o número levantado até 2002 (BRASIL/MMA, 2016).

As questões discutidas para a elaboração da Agenda 21 brasileira partem de 6 eixos temáticos: Gestão dos Recursos Naturais, Agricultura Sustentável, Cidades Sustentáveis, Infraestrutura e Integração Regional, Redução das Desigualdades Sociais, Ciência e Tecnologia para o Desenvolvimento Sustentável. Para a discussão subsequente, e a Redução das Desigualdades Sociais.

### **Breve Histórico de Desigualdade social na Amazônia**

Quando do regime colonial os incentivos públicos e produtivos eram voltadas aos litorais. *A priori*, o Sudeste brasileiro era a região econômica, social, política e cultural de referência, ademais, os investimentos se concentravam

Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da Petrobrás e a agenda 21.

nessa localidade. Após o processo de Independência do Brasil e a República Velha a situação da Amazônia permaneceu com pouca atenção do Estado, o que consideram as “raízes” dos problemas de desigualdade social na região. De igual modo, a concentração de renda dos seringueiros e a exploração aos seringueiros, tal como, a apropriação de terras e latifúndios condicionaram esses contrastes. Durante a República Populista e a Ditadura Militar foram criadas políticas públicas a fim de integrar a Amazônia a outras regiões do país, como a criação da Superintendência do Plano de Valorização da Amazônia (SPVEA), em 1953, Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM), a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA) e a Zona Franca de Manaus (ZFM), em 1967. Essas ações seguiram políticas que se justificavam por meio da geração de empregos e renda, em consequência argumentava-se a integração as outras regiões e a atenuação das desigualdades sociais. A urbanização amazonense está associada a diferentes processos migratórios observados na capital e no interior amazonense.

### **Agenda 21 brasileira: Políticas de Redução das Desigualdades Sociais**

A Agenda 21 estabelece três estratégias para reduzir as disparidades sociais, nessas há múltiplas ações que os municípios devem cumprir, pois estão sujeitos aos acordos assinados pelo Governo Federal junto à Conferência sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (Rio 92). As estratégias são: Agenda Mínima centrada nas áreas de educação, saúde e trabalho; Fortalecimento da dimensão local: Agenda 21 local e desenvolvimento local integrado e sustentável; e Propostas para a promoção de grupos socialmente vulneráveis.

A Petrobras possui sete Agendas 21 locais voltadas para Coari, sendo elas nas comunidades: Lauro Sodré, Urucu, Nova Esperança, União, Pera, Vila Lira, Santa Luzia do Buçuzinho. Essas passaram pelo processo de sensibilização, pesquisa de campo, diagnóstico socioambiental comunitário, reuniões comunitárias, fórum da Agenda 21. A estatal analisou os problemas de infraestrutura, educação, saúde, entre outras, para, enfim, propor ações sociais e solicitar ao município o cumprimento dessas. Entretanto, a prefeitura do município e a Petrobras estão sujeitas a se orientarem, primeiramente, através da Agenda 21 brasileira. O mapa a seguir demonstra a posição espacial dessas localidades.

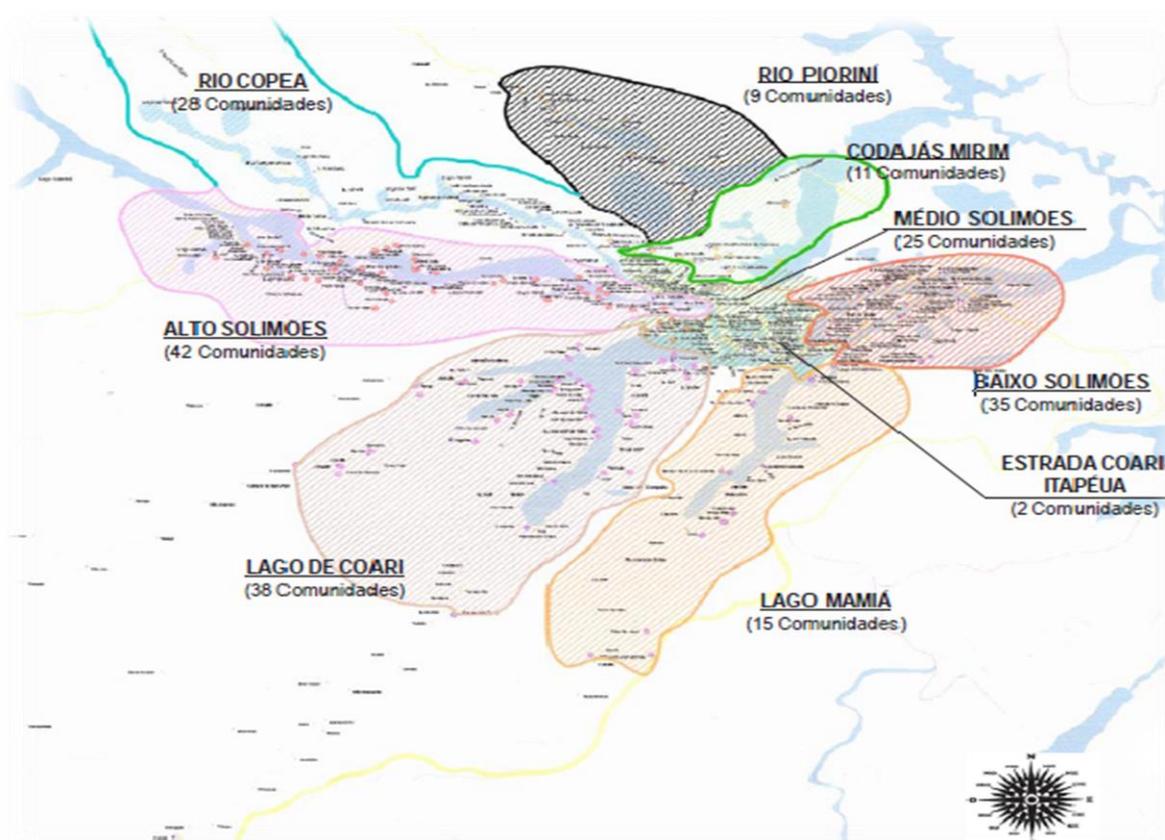


Figura 1: Zoneamento das Comunidades Rurais de Coari.  
FONTE: Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Coari, 2007.

Para as Políticas de Redução das Desigualdades Sociais destacam-se as seguintes ações:

a) Promover mecanismos de descentralização da oferta e monitoramento da qualidade da educação fundamental de modo a garantir que as crianças tenham condições de completar, no mínimo, as oito séries do ensino fundamental.

b) Ampliar o escopo da política nacional de qualificação profissional, bem como sua abrangência, integrando na mesma os recursos atualmente geridos pelo Sistema S (SESI, SENAI, SENAC, SEBRAE, SENAR, SENAT).

c) Implantar nacionalmente o serviço civil voluntário para jovens de 18 anos, de ambos os sexos, em situação de risco de marginalidade e de exclusão social, que não tenham terminado o ensino fundamental.

d) Criar mecanismos de incorporação da pessoa portadora de deficiência nas diferentes ações de desenvolvimento sustentável e cidadania.

A prefeitura de Coari junto à Petrobras, Organizações Não Governamentais (ONGs) e universidades públicas e privadas procurou aplicar essas ações após a elaboração da Agenda. Certas políticas públicas já vinham sendo realizadas, como a Alfabetização Solidária; outras foram implementadas

Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da Petrobrás e a agenda 21.

após o término da Agenda 21 brasileira, são elas: Projeto InterAção e Escola Esperança.

#### 1. Alfabetização Solidária:

Projeto iniciado em 1988, através da UN-BSOL a Petrobrás patrocinou a formação de estudos para alfabetizar jovens e adultos, nas cidades de Coari, Carauari e Careiro da Várzea. Em 2004, foram alfabetizados 1.250 alunos, somando-se aos 5.500 formados até 2003 (COSTA, 2010)

#### 2. Projeto InterAção:

Com o objetivo de promover alternativas para a geração de empregos, o programa visa questões sociais, econômicas e ecológicas. A elaboração começou em 2003, em parceria do grupo InterAção, da Universidade Federal do Amazonas (UFAM) com a prefeitura do município. Na primeira fase de atividade foram investidos pela unidade cerca de R\$ 300 mil, assim dando ênfase na cultura da banana e do pescado em Coari e Carauari respectivamente.

#### 3. Escola Esperança

Em parceria com a Petrobras, o Serviço Social da Indústria (SESI) e as Secretarias de Educação (SEC) de Coari e Carauari, esse projeto desenvolveu o programa de alfabetização dos trabalhadores terceirizados que trabalhavam na Província Petrolífera de Urucu. A narrativa da esperança tinha o sentido de fazerem continuar com cursos técnicos e graduação. A última solenidade de formatura certificou 104 trabalhadores. Ao todo, foram certificados mais de 300 trabalhadores, da alfabetização à 4ª série. (COSTA, 2010)

Em 2013, a Petrobras fez um investimento de cerca de 3,8 milhões em projetos sociais no Amazonas, são eles: Comércio Ribeirinho da Cidadania e Solidário II, Produção de Alevinos de Peixes Amazônicos: Geração de Renda e Sustentabilidade da Cadeia Produtiva na Aquicultura do Município de Coari, no Médio Solimões; Plano de Qualificação Profissional para Pessoas que Atuam no Transporte Fluvial de Coari, Agricultura Familiar: Hortifrutigranjeiros ao Alcance de Todos e Comunidade em Ação. Do mesmo modo, o Governo do Estado do Amazonas realiza convênios e repasses ao município de Coari, no que diz respeito à aplicação de ações sociais, esses são providos pelos royalties da exploração petrolífera.

**Quadro 1:** Convênios federais com o município de Coari,.

Objetivos do convênio	Órgão concedente	Conveniente	Valor liberado	Data da última liberação
Recursos às escolas de educação especial.	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Associação Pestalozzi de Coari	4.800,00	2003
Implementação de ações que provem a redução da vulnerabilidade sociais de crianças e jovens.	Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação	Prefeitura Municipal de Coari	88.800,08	2004
Estruturação da rede de serviços de proteção social básica – construção do centro público de convivência	Secretaria Nacional de Assistência Social (SNAS)	Prefeitura municipal de Coari	1.336.936,58	-
Atendimento as crianças e adolescentes vítimas de violência, abuso e exploração sexual e comercial.	Fundo Nacional de Assistência Social	Prefeitura municipal de Coari	42.051,98	2004

FONTE: Portal Transparência, 2016.

**Conjuntura Social em Coari**

A população municipal de Coari é estimada em 83.929 pessoas, sendo 65,4% residente em área urbana e 36,4% em área rural (IBGE, 2016). A posição geográfica da sede, situada entre as margens do Lago Coari e Rio Solimões, não dispõe de rodovias para o acesso a maioria das comunidades ribeirinhas. O modal hidroviário é o principal meio de deslocamento de pessoas e mercadorias, que são feitos por barcos, lanchas e canoas que transitam produtos como: banana, castanha e pupunha. Esses são transportados para os municípios de Tefé, Codajás, Anori, Anamá e Manaus. No quadro a seguir é apresentada a situação de infraestrutura dos municípios que possuem a Agenda 21 elaborada pela Petrobras.

Quadro 2: Síntese da Infraestrutura Básica Existente (S) e Inexistente (N)

COMUNIDADES E BAIRROS	ESCOLA	CAMPO DE ESPORTE	POSTO DE SAÚDE	CENTRO COMUNITÁRIO	ABASTECIMENTO DE ÁGUA	ENERGIA ELÉTRICA	DOMICÍLIOS
Lauro Sodré	N	S	S	S	N	N	38
Nova Esperança	N	S	N	N	N	N	17
Santa Luzia do Buçuzinho	S	S	N	S	N	N	26
Pera	S	S	S	N	S	S	350
União	S	N	S	S	S	S	340
Urucu	S	-	S	S	S	S	-
Vila Lira	N	S	S	S	S	S	38

FONTE: Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Coari, 2007.

O descaso com a sociedade coariense está associado aos índices de concentração de renda, cujo capital fica retido nas mãos das elites, enquanto problemas sociais se reproduzem. O trabalho infantil, o analfabetismo, a concentração de renda, a saneamento básico e o acesso à educação, são questões ligadas aos níveis de disparidade social. A tabela, a seguir, representa a tenuidade desses impasses:

Tabela 1: Indicadores sociais de Coari - 2016.

Índice de pobreza	Índice de Gini	IDHM	Analfabetismo	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB)
48,56%	0,39%	586	31%	3,5

Fonte: IBGE. Censo e Pesquisa: 2016.

Em função da tabela apresentada pode-se analisar o elevado percentual de pobreza no município. Esse que apresenta como variável a taxa média de analfabetismo da população (após 40 anos) e falta de recursos como saneamento básico, saúde e nutrição. Do mesmo modo, o Índice de Desenvolvimento da Educação não corresponde às necessidades do município, haja vista que atingiram apenas 3,5 pontos, contrariando a meta proposta pelo Ministério de

Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da Petrobrás e a agenda 21.

Educação (MEC) que era de 3,7. A taxa de analfabetismo que representa 23.931 de 75.965 da população residente, de igual modo retrata o descaso com a educação em Coari.

A elevada concentração de renda retarda a igualdade e a justiça social, assim como, torna a equidade de classes uma utopia causada pela cultura do incentivo à constante dominação das elites locais. Os *royalties* do petróleo deveriam sanar os impasses sociais e de infraestrutura da população, entretanto, essa convergência a torna vítima da apropriação e estorno de recursos pelos políticos locais. Dessa forma, a Petrobras como empresa do Estado, deve prover o repasse dos recursos, da mesma forma elaborar e conduzir políticas públicas de desenvolvimento social e urbano no município de Coari. “Os responsáveis por gerir recursos públicos, como os provenientes das rendas do petróleo, são aqueles com a competência para conceber e executar políticas públicas em prol do desenvolvimento urbano” (SANTANA, 2014).

Os indicadores sociais em Coari são relevantes, pois os níveis de desigualdade entre homens e mulheres, negros e ribeirinhos, apontam a falta de políticas para a diminuição desses. A Tabela 2, a seguir, demonstra os níveis de disparidade econômica entre esses supracitados.

Tabela 2. Níveis de disparidade nos rendimentos da população de Coari

Valor médio do rendimento mensal total nominal por cor ou raça – branca (A)	Valor médio do rendimento mensal total nominal por cor ou raça - preta (B)	Valor médio e mediano do rendimento mensal total nominal por sexo - médio - homem (A)	Valor médio e mediano do rendimento mensal total nominal por sexo - médio - mulher (B)
R\$ 1.001	R\$ 647	R\$ 871	R\$ 650

Fonte: Site do IBGE. Pesquisa: 2016.

Em função dos indicadores apresentados é notória a desigualdade racial e de gênero no município, visto que os homens possuem renda de 221 Reais a mais do que as mulheres, que representam 48% da população coariense. Do mesmo modo, a renda média mensal dos habitantes de cor ou raça branca equivale a 354 Reais a mais que os de cor ou raça preta. Assim, as ações pouco visam a redução de disparidades de gêneros e raças, ou pouco são capazes de promover a desconstrução social, no que diz respeito ao empoderamento da mulher e do negro, assim conscientizando a população e as autoridades locais.

## CONCLUSÃO

O território amazônico requer repensar os valores sociais, econômicos e ambientais, de modo a compreender transformações e mudanças culturais. A globalização atingiu as comunidades mais humildes da região, quando se integrou mais intensamente a exploração petrolífera e a consequente expropriação dos recursos pela lógica capitalista. O progresso econômico e integração territorial da Amazônia segue as custas da racionalização de problemáticas que fazem parte do homem rural e urbano. Os acordos socioambientais que visam o “Desenvolvimento Sustentável” e a justiça social devem ser aplicados conforme as necessidades do homem amazônico e fiscalizados por aqueles que os assinaram. Dessa forma, é imprescindível que os agentes que subscrevem essas problemáticas estejam ligados às comunidades. Essa condição permite reconhecimento mais minucioso de cada dificuldade e adversidade dos amazônidas.

## Referências

BARROS, A. J. S. e LEHFELD, N. A. S. Fundamentos de Metodologia: Um Guia para a Iniciação Científica. 2 Ed. São Paulo: Makron Books, 2000. Acesso em 11 de novembro de 2016.

BRASIL. IBGE. Censo Demográfico, 2010. Acesso em 08 de novembro de 2016 Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?codmun=130120>>

BRASIL. Portal da Transparência. Acesso em: 11 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.portaltransparencia.gov.br/convenios/consultam.asp?fcod=225&fnome=coari&festado=am&forgao=00&fconsulta=>>>

BRASIL. Site Agência Brasil Empresa Brasil de Comunicação. Acesso em 06 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://memoria.ebc.com.br/agenciabrasil/noticia/2012-07-01/ignacy-sachs-desenvolvimento-sustentavel-so-e-possivel-com-intervencao-do-estado-no-mercado>>

BRASIL. Site Congresso Brasileiro de Geógrafos. Acesso em 06 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.cbg2014.agb.org.br/resources/anais/1/1404142949>>

BRASIL. Site Faculdade Salesiana do Maranhão. Acesso em 06 de novembro de 2016. Disponível em:

Análise da conjuntura social em Coari a partir das responsabilidades socioambientais do município frente a acordos internacionais – o caso da Petrobrás e a agenda 21.

<[http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed\\_O\\_Desafio\\_Do\\_Desenvolvimento\\_Sustentavel\\_Gisele.pdf](http://www.fsma.edu.br/visoes/ed04/4ed_O_Desafio_Do_Desenvolvimento_Sustentavel_Gisele.pdf)>

BRASIL. Site Ministério do Meio Ambiente. Acesso em 08 de novembro de 2016. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local/item/736>

BRASIL. Site Ministério do Meio Ambiente. Acesso em 08 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://www.mma.gov.br/responsabilidade-socioambiental/agenda-21/agenda-21-local/item/738>>

BRASIL. Site Petrobras. Acesso em: 11 de novembro de 2016. Disponível em: <http://olho.petrobras.com.br/olho/core/jsf/Agenda21Comunitaria/consultarAgenda21Comunitaria.faces>

BRASIL. Site Universidade Federal do Amazonas. Acesso em 06 de novembro de 2016. Disponível em: <<http://seminariodoambiente.ufam.edu.br/2012/anais%20II%20SICASA/pdf/artigo%2020.pdf>>

FEIJÃO, Frandiney dos Reis. Análise comparativa de indicadores de cidadania, desenvolvimento, renda e pobreza em comunidades ribeirinhas, trecho Urucu-Coari-Manaus, no Estado do Amazonas (Rio Solimões, Amazônia Ocidental, Brasil). Manaus: UFAM, 2009. 106 f. Disponível em: <http://www.ppgcasa.ufam.edu.br/pdf/dissertacoes/2009/Frandiney%20dos%20Reis.pdf>. Acesso em: 08 de maio de 2017.

MICHEL, M. H. Metodologia e Pesquisa Científica em Ciências Sociais. São Paulo: Atlas, 2005. Acesso em 11 de novembro de 2016.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. O desafio do conhecimento. 11 e. São Paulo: Hucitec, 2008. Acesso em 11 de novembro de 2016.

SANTANA, Paola Verri de. Amazonas, Grandes Projetos e Recursos Naturais. Anais do VII Congresso Brasileiro de Geógrafos. Vitória: AGB/UFES, 2014. p. 1-12. Disponível em: <http://www.cbg2014.agb.org.br/site/anaiscomplementares?AREA=1#P>. Acesso em 31/01/2015.

SANTOS. Antonio Raimundo dos. Metodologia Científica: a construção do conhecimento. 3.ed.Rio de Janeiro: DP&A, 2000. Acesso em 11 de novembro de 2016.

SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 23. e. São Paulo: Cortez, 2007

*Artigo recebido em 25 de novembro de 2016*

*Avaliado em 02 de abril de 2017*

*Aceito em 16 de abril de 2017*

*Publicado em 15 de maio de 2017*